

HABEAS CORPUS Nº 548.277 - MT (2019/0355458-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : ELEN DAIANE MAGALHAES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ELEN DAIANE MAGALHÃES DE OLIVEIRA - MT019520
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PACIENTE : NATHIELE FREITAS PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NATHIELE FREITAS PEREIRA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, no julgamento do *Habeas Corpus* n. 1014681-14.2019.8.11.0000.

Noticiam os autos que, no dia 19/9/2019, a paciente foi presa em flagrante e teve a custódia convertida em preventiva, acusada por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/2006 e no art. 244 da Lei n. 8.069/90 (e-STJ fl. 134).

Aduz a impetrante a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar da paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata dos delitos em tese perpetrados, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade da acusada poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Afirma que inexistem indícios de autoria da prática do delito por parte da agente, "*pois a investigação aponta a paciente como sendo namorada 'do menor' e não menciona em momento algum qual seria a participação da paciente no tráfico de drogas*" (e-STJ fl. 6).

Realça as condições pessoais favoráveis da paciente, que seria primária, de bons antecedentes, com residência fixa e ocupação lícita, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade, denotando, ainda, a desproporcionalidade de sua manutenção no cárcere antecipadamente.

Assevera que o encarceramento *ante tempus* só estaria autorizado quando demonstrada a insuficiência e inadequação de medidas cautelares menos gravosas, dentre aquelas previstas no art. 319 do CPP, providência que alega não haver sido cumprida na hipótese dos autos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva da paciente, mediante a incidência medidas cautelares alternativas (art. 319 do CPP) expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impetrado (e-STJ fls. 240 e 242):

[...] vale gizar que a decisão que decretou a custódia cautelar da paciente está firmada em investigações realizadas pela Equipe da DRE (Divisão de repreensão a entorpecentes) da Polícia Civil do Município de Alta Floresta em operação conjunta com a agência regional de inteligência da Polícia Militar, com base em elementos de provas extraídos do caderno policial, as quais apontam o envolvimento da paciente com a prática do crime de tráfico de drogas e de associação para o tráfico.

Não se pode olvidar que a incriminação da paciente está calcada além da apreensão da grande quantidade de droga – 23 porções de maconha, pesando 9.401,50g (nove mil, quatrocentos e um gramas e cinquenta centigramas) e 25 porções de cocaína, pesando 433,4g - na apreensão de (quatrocentos e trinta e três gramas e quatro centigramas) anotações de contabilidade, a afastar a tese de negativa de autoria semanal, com valores e nomes de clientes da suposta traficância (Id. 5648983).

[...]

Como se vê, as provas colacionadas nos autos apontam a associação de pelo menos seis pessoas, presas em posse de grande quantidade de droga, ao que tudo indica destinada ao comércio ilegal na cidade de Carlinda/MT.

É da jurisprudência que a apreensão de expressiva quantidade de droga, é fator suficiente para justificar a prisão preventiva com forma de se garantir a ordem pública, requisito descrito expressamente no art. 312 do CPP.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a paciente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator